

**AO DIGNO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA – ESTADO DE SANTA CATARINA**

Referente: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2023

A. P. S. PEREIRA VIGILANCIA LTDA (empresa privada, inscrita no CNPJ sob o nº 27.543.573/0001-18, com sede na Rua Gabriel Felizardo De Mello, nº 103, Guaiuba, Imbituba, SC) representada por Tiago Pereira (brasileiro, casado, Empresário, portador da Carteira de Identidade de nº 4.603.827/SSP/SC, inscrito no CPF nº 007.281.739-99, residente e domiciliado na Rua Pedro de Carvalho, nº 64, Campo da Aviação, Imbituba, SC), vem à presença Vossa Senhoria, com escoro no disposto no item 11.2 do edital epigrafado, para, tempestivamente, apresentar

CONTRARRAZÕES

ao inconsistente Recurso apresentado pela empresa **VIGILÂNCIA TRIÂNGULO LTDA** (devidamente qualificada nos autos do certame) perante esse ente público, que de forma absolutamente irretocável, decidiu pela declaração de vitória no certame da Contrarrazoante.



A.P.S. PEREIRA VIGILÂNCIA LTDA.

WhatsApp: (48) 9 99570797

Endereço: Rua Gabriel Felizardo de Mello, Guaiuba, Imbituba, SC - CEP 88780-000

E-mail: admapspereiravigilancia@gmail.com

CNPJ: 27.543.573/0001-18

Antes de mais nada, deve-se destacar que o único intuito da empresa Recorrente é o de tumultuar e prejudicar o andamento do certame, eis que manifestadamente incabível, vez que pugna exclusivamente que sejam desconsiderados os princípios basilares que regem os procedimentos licitatórios, em total afronta a tudo o que resta positivado em nossa legislação.

DO MÉRITO - DO PUERIL RECURSO APRESENTADO

Sem contemporizas, eis que se deve sempre buscar a celeridade processual, seja ele administrativo ou judicial, é de se dizer que o recurso, na forma como apresentado e fundamentado, já nasceu fadado ao malogro.

Registre-se que a empresa Recorrente se lança contra sua inabilitação, diga-se de passagem, brilhantemente decretada pelo i. Pregoeiro, em razão de descumprimento de norma editalícia, observado que não cumpriu o disposto nos 9.11.2 e 9.11.3., ao não ter apresentado a certificação e negativa de antecedentes criminais de apenas 05 vigilantes, eis que o instrumento convocatório previa a obrigatoriedade de 20 vigilantes.

Ora i. Pregoeiro, certo é que a normatização interna da disputa estava devidamente traçada e, se não concordasse a empresa Recorrente com as regras postas, deveria, no prazo previsto para impugnação às normas internas, assim proceder, a fim de combater aquilo que não concordasse.

Não pode, neste momento, após aceitar as normas impostas, lançar-se contra, eis que pensar da forma como exposta no parco recurso apresentado, é o mesmo que espancar o mais básico dos princípios de todo e qualquer certame público, qual seja, o da vinculação ao instrumento convocatório.



A.P.S. PEREIRA VIGILÂNCIA LTDA.

WhatsApp: (48) 9 99570797

Endereço: Rua Gabriel Felizardo de Mello, Guaiuba, Imbituba, SC - CEP 88780-000

E-mail: admapsperiravigilancia@gmail.com

CNPJ: 27.543.573/0001-18

Registre-se, que mencionado princípio, traz segurança jurídica para os licitantes e para o interesse público, provinda do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação.

Vale destaque a lição de Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU, o qual também brilhantemente assevera que o instrumento convocatório *é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”*. (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416)

No mesmo pensar é a doutrina do renomado Professor Marçal Justen Filho, o qual afirma que *“Quando o edital impuser comprovação de certo requisito não cogitado por ocasião do cadastramento, será indispensável a apresentação dos documentos correspondentes por ocasião da fase de habilitação”* (Pregão. Comentários à Legislação do Pregão Comum e do Eletrônico, 4ª ed., p. 305).

A jurisprudência de nosso Supremo Tribunal Federal (STF), não destoia, veja-se:

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apócrifa, a inexistência do



A.P.S. PEREIRA VIGILÂNCIA LTDA.

WhatsApp: (48) 9 99570797

Endereço: Rua Gabriel Felizardo de Mello, Guaiuba, Imbituba, SC - CEP 88780-000

E-mail: admapspereiravigilancia@gmail.com

CNPJ: 27.543.573/0001-18

documento. 2. **IMPÕE-SE, PELOS PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO, A DESCLASSIFICAÇÃO DO LICITANTE QUE NÃO OBSERVOU EXIGÊNCIA PRESCRITA NO EDITAL DE CONCORRÊNCIA.** 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso. (RMS 23640/DF)

No Superior Tribunal de Justiça (STJ), o entendimento é o mesmo, veja-se:

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma escorreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. **SABE-SE QUE O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO É RESGUARDADO PELO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL; ESTA EXIGÊNCIA É EXPRESSA NO ART. 41 DA LEI N. 8.666/93. TAL ARTIGO VEDA À ADMINISTRAÇÃO O DESCUMPRIMENTO DAS NORMAS CONTIDAS NO EDITAL.** Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito



A.P.S. PEREIRA VIGILÂNCIA LTDA.

WhatsApp: (48) 9 99570797

Endereço: Rua Gabriel Felizardo de Mello, Guaiuba, Imbituba, SC - CEP 88780-000

E-mail: admappereiravigilancia@gmail.com

CNPJ: 27.543.573/0001-18

relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. **ACEITAR DOCUMENTAÇÃO PARA SUPRIR DETERMINADO REQUISITO, QUE NÃO FOI A SOLICITADA, É PRIVILEGIAR UM CONCORRENTE EM DETRIMENTO DE OUTROS, O QUE FERIRIA O PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE OS LICITANTES.** (RESP 1178657)

Assim, n. Pregoeiro, evidente que **NÃO HÁ COMO SER PROVER O RECURSO INTERPOSTO, POR MANIFESTA AUSÊNCIA DE SUSTENTAÇÃO LEGAL E LÓGICA**, sob pena de afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Por fim, acerca da assertiva que a ora Contrarrazoante apresentou *dentre os 20 (vinte) vigilantes apresentados pela empresa APS (empresa vencedora), consto o sócio da empresa, que conforme consta no contrato social reside a 244 km de distância, na cidade Imbituba, que evidentemente não executará os serviços como vigilante lotado em Agrolândia*, **há de se pontuar que a forma como o contrato será gerido ou, até mesmo, onde residirão àqueles que prestarão o serviço, diz respeito apenas à Contrarrazoante e não à empresa Recorrente, a qual deve se preocupar com a sua gestão e não a gestão de seus concorrentes.**

Pelo exposto, com especial atenção ao disposto no princípio basilar de certames públicos, em especial, **o respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, guardando o caráter isonômico do procedimento, respeitando os Princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade Administrativa**, pugna-se pelo **NÃO**



A.P.S. PEREIRA VIGILÂNCIA LTDA.

WhatsApp: (48) 9 99570797

Endereço: Rua Gabriel Felizardo de Mello, Guaiuba, Imbituba, SC - CEP 88780-000

E-mail: admapsperiravigilancia@gmail.com

CNPJ: 27.543.573/0001-18

PROVIMENTO do Recurso apresentado, mantendo-se incólume a decisão do n. Pregoeiro, com continuidade do procedimento, seguindo-se à imediata adjudicação do objeto.

Termos em que,

Pede deferimento.

Imbituba, SC, 3 de agosto de 2023.

A. P. S. PEREIRA VIGILANCIA LTDA

PONTO FORTE

A.P.S. PEREIRA VIGILÂNCIA LTDA.



A.P.S. PEREIRA VIGILÂNCIA LTDA.

WhatsApp: (48) 9 99570797

Endereço: Rua Gabriel Felizardo de Mello, Guaiuba, Imbituba, SC - CEP 88780-000

E-mail: admapspereiravigilancia@gmail.com

CNPJ: 27.543.573/0001-18